

Consultorias abandonam hipótese de choque em 93

MAGDA DAVID

Correntes mais amplas do mercado já afastam a possibilidade de choques este ano. As consultorias têm reforçado a idéia com clientes.

No mercado financeiro, a expectativa de um plano é muito remota, diz o diretor-financeiro do Banco Real, Renê Aduan. "A revisão constitucional mudou as expectativas", afirma o ex-ministro Mailson da Nóbrega, da

MCM. "O governo vai esperar que a revisão decida algumas mudanças". Para ele, "se houver promulgação imediata das decisões tomadas, no final de 93 ou no máximo no princípio de 94 o País terá uma idéia inequívoca do que esperar do novo texto". Por isso, diz, não faz sentido tentar agora um choque.

Antônio Kandir, da Kandir As-

A. Silva/AE



Mailson: só depois da revisão

○ PLANO É
NÃO TER
PLANO, DIZ
GIL PACE

sociados, também não espera mudanças que afetem o sistema de indexação da economia este ano, se houver um encaminhamento normal do processo de revisão constitucional. "O governo tem

dois pontos para fazer o ajuste da economia: o sistema de indexação e o ajuste das contas do Estado", observa. "Não deve haver mudança na indexação sem um anterior ajuste das contas públicas, cujo desequilíbrio

tem sido um dos responsáveis pela inflação." Para Kandir, um modelo de desindexação poderia ser adotado em 94, se a revisão e os acordos políticos conseguirem resolver o problema do déficit público.

Gil Pace, da GPC, diz não esperar plano nem mesmo para depois da revisão constitucional. "O plano é não ter plano", diz. "O governo vaza informações, os agentes econômicos incorporam a informação em suas expectativas, criando o ambiente para novas medidas, que vão sendo anunciadas gradualmente." Pace não espera "nenhum choque formal". O anúncio de unificação cambial mais a indexação informal ao dólar permite que o governo comece um programa de controle via câmbio e reajustes de tarifas, avalia.

Renê Aduan acredita que o governo escolha um caminho de ajuste a partir das tarifas públicas, do câmbio, do combate à sonegação e de um programa mais intenso de privatização. "Qualquer plano heterodoxo mexeria nos contratos", diz. E isso não passa na Justiça, conclui.